

MINUTA DA ATA DA SESSÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2021

02.12 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – NORMAS DE APOIO PARA COMBATER O IMPACTO DA COVID-19 NAS EMPRESAS DO CONCELHO. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 11071**, datado de **2021.02.18**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.02.15, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada), e bem assim do artigo 35.º, Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, a apreciação e votação da matéria em epígrafe. ----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a informação registada sob o n.º 7064/2021, do **Gabinete de Apoio à Vereação**, a propor a intervenção do Município no apoio às atividades económicas mais atingidas pela pandemia do COVID-19, através da aprovação das normas que anexa, com base em três propostas, a saber: -----

- Apoio direto às empresas e empresários em nome individual; -----
- Apoio à instalação de novos estabelecimentos no Concelho; -----
- Apoio na retoma do turismo no Concelho. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** prestou a sua informação n.º 6/2021, de 08 de fevereiro corrente, que se reproduz na íntegra: “No que concerne às normas em assunto, serão de efetuar as seguintes observações/sugestões: -----

1 – Medidas dispostas no ponto A -----

---- Esta medida de apoio define um valor de referência a atribuir por aplicação de um coeficiente decorrente do decréscimo verificado na faturação ocorrida, sendo elegíveis as entidades com uma quebra verificada, em 2020, superior a 50%, face ao período homólogo anterior e cuja atividade esteja compreendida nos CAE's identificados. -----

---- Verificando os CAE's nela contidos, embora esta condição seja, expressamente, uma decisão que poderá ser definida e consequentemente direcionada em observância à política económica que o município pretenda estabelecer, em concreto, no que concerne ao reconhecimento específico das atividades económicas sob as quais se percebe um preponderante decréscimo no volume de negócios e que, cumulativamente, se pretende contribuir para mitigar os impactos dessa variação será, contudo, de identificar outros CAE's,

não contidos nos normas, os quais também deverão apresentar quebras significativas no decurso do ano económico em referência, nomeadamente: -----

- ----- 73110 – Agências de publicidade; -----
- ----- 74200 – Atividades fotográficas; -----
- ----- 77210 – Aluguer de bens recreativos e desportivos; -----
- ----- 82300 – Organizações de feiras, congressos e outros eventos similares; -----
- ----- 85510 – Ensino desportivo e recreativo; -----
- ----- 85520 – Ensino de atividades culturais; -----
- ----- 85530 – Escolas de condição e pilotagem; -----
- ----- 85593 – Outras atividades educativas, n.e.; -----
- ----- 85600 – Atividades de serviços de apoio à educação; -----
- ----- 93293 – Organização de atividades de animação turística; -----
- ----- 93294 – Outras atividades de diversão e recreativas, n.e.; -----
- ----- 93295 – Outras atividades de diversão itinerantes. -----

2 – Medidas dispostas no ponto B -----

--- Esta medida pretende incentivar a instalação de novos estabelecimentos de comércio, estando dispostos especificamente os mesmos CAE's definidos no ponto A, ou seja, as atividades económicas sob as quais se depreende haver uma maior quebra na atividade económica. -----

--- Ora, sendo certo que mesmo as projeções macroeconómicas mais otimistas, indicam que o ano de 2021, irá também refletir um volume da atividade económica das áreas identificadas, em níveis manifestamente inferiores aos registados no período pré-pandemia, estar a induzir o aparecimento de novos agentes económicos, nas áreas observadas como mais afetadas, será estar a induzir uma maior dispersão da procura, por via de uma maior abrangência da oferta e conseqüentemente contribuindo para uma maior dificuldade na sobrevivência do tecido empresarial já existente, circunstância que será antagónica aos efeitos que se pretendem promover com o programa A, anteriormente analisado. -----

--- Efetivamente, nos momentos de profunda crise económica e social, embora seja necessário mitigar um desaparecimento substancial dos agentes económicos existentes, constituem-se estes períodos, como oportunidades de reconversão dos setores económicos e dos modelos de produção, podendo verificar-se uma transição significativa da empregabilidade entre áreas,

refletindo uma resposta dinâmica às áreas que hoje evidenciam uma procura emergente, em virtude de novas necessidades e tendências. -----

---- Consequentemente, esta crise veio demonstrar a necessidade em se reestruturar o setor empresarial, com necessidades momentâneas, certamente, mas com muitas outras que se perspectiva que venham a ser permanentes. Assim, perspectivando-se um futuro em transição, desde logo tecnológico, e de alteração de paradigma, julgo que a manter-se esta medida, não deverão ser contempladas as áreas que evidenciam quebras de procura e no volume de negócios mais preponderantes, mas, ao invés, as áreas de atividade emergente e que se perspectivam como novas tendências, dando-se um sinal ao empreendedorismo local, sobre quais os setores onde se espera que o investimento seja alocado, face ao retorno expectável e médio e longo prazo. -----

---- Quanto às despesas elegíveis, estão previstas as rendas incorridas durante um período de 24 meses, penalizando-se, assim, as entidades que, em detrimento do arrendamento, optem pela aquisição própria do imóvel a afetar à atividade, nomeadamente com recurso ao crédito, considerando que, nestes termos, as despesas obtidas não serão objeto de elegibilidade. -----

3 – Medidas dispostas no ponto C -----

---- Esta ação visa promover um financiamento do setor hoteleiro do setor da restauração através da atribuição de vouchers. -----

---- O programa está direcionado para financiar uma noite extra e pela atribuição de um voucher de restauração a quem pernoita, um modelo que pela opção adotada, visa contribuir para um aumento do número de noites dormidas de quem nos visita, tendo esta iniciativa um impacto preponderante territorial muito definido, em concreto, no território de Fátima onde, em razão da oferta turística existente nesta área, se localiza a quase totalidade da oferta existente neste âmbito. -----

Considerações gerais complementares: -----

- ---Salvaguarda de compromisso do beneficiário, particularmente no que concerne ao emprego -----

---- Relativamente aos apoios definidos no documento em análise, propõe-se que se definam obrigações do beneficiário decorrentes da aceitação do apoio concedido, sugerindo-se que os beneficiários fiquem obrigados, durante a vigência deste programa a: -----

- a) ----- Manter a atividade da empresa; -----

b) ----- Manter um número de trabalhadores igual ou superior ao que conste na declaração mensal reportada no momento da candidatura; -----

c)----- Não ter dívidas à Segurança Social e à Autoridade Tributária e Aduaneira; ----

d) ----- Não ter dívidas ao Município de Ourém. -----

--- Assim, deverão ser definidas clausulas de penalização, pelo não cumprimento do disposto, nomeadamente uma diminuição do apoio obtido, particularmente por cada posto de trabalho perdido. -----

• ---Relatório de acompanhamento e final de execução do programa -----

---- O programa de apoio a estabelecer deverá definir a existência eventual de um relatório intercalar e como obrigatório um relatório final de execução, devendo este último conter os montantes financiados por entidade e por regime de apoio, sujeito a conhecimento dos órgãos municipais, com posterior dever de comunicação à IGF (Inspeção Geral de Finanças), conforme imposição legal no que concerne ao dever de reporte dos apoios e subvenções atribuídos a terceiros. -----

• ----- Dotação do programa -----

---- Deverá se definida uma dotação orçamental global previsto para o programa, com afetação dos montantes por ano económico (observado que se perspetiva a sua incidência também no ano económico n+1, ou seja, em 2022), sem o qual não é possível aferir o prévio enquadramento orçamental e a sua conformidade de enquadramento prévio da despesa subjacente, sabendo-se que é previsional e que poderá sofrer, por via de uma modificação orçamental, um reforço do valor inicialmente definido, caso tal se venha a verificar como necessário, ou, pelo contrário, uma diminuição, em virtude do montante do financiamento atribuído se situar inferior ao volume global inicialmente previsto. -----

---- Neste contexto, será de referir que, na presente data, o Orçamento Municipal, contempla uma dotação orçamental disponível, para apoios desta natureza, a afetar ao ano económico de 2021, que ascende a 750 mil euros. -----

---- À consideração superior,”. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se os pedidos de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **PAULA CRISTINA DE OLIVEIRA MARTINS**, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “O senhor Presidente na comunicação que fez, fazendo referência que, no início de março, tivemos noção de que o concelho de Ourém seria um concelho problemático, no que diz respeito à propagação do vírus e referiu, cito o que disse *“tivemos bem a noção de que esta pandemia teria um impacto grande nas pessoas e nas empresas”*. ---

A minha questão, pergunto ao senhor Presidente porque levou tanto tempo a avançar com este pacote de medidas para as famílias que, já desde março/abril, começaram a sofrer o impacto desta pandemia, quando já tinha consciência e quando os vereadores do PS já tinham alertado, há muito, que havia necessidade deste apoio. -----

Tínhamos sido classificados no relatório de contas que o Município de Ourém era o Município que tinha gasto menos ou tinha menos medidas de apoio com a população ourense. -----

Porque razão levou tanto tempo, porque só agora surge este pacote de medidas. As famílias já estão em sofrimento, desde abril/maio, e só agora, passado quase um ano, apresenta este pacote. -----

Alerto para o seguinte. Da análise que fiz das medidas, essencialmente de apoio às famílias, há aqui uma questão que deixa um alerta. O nosso concelho é o segundo concelho do distrito com mais população estrangeira. Nas medidas há um requisito que é *“ter autorização da presidência”*, muito bem, concordamos com tudo isso, mas atenção, tendo um grupo de pessoas inscritas, sabemos que existem no nosso concelho e temos também um conjunto de pessoas que nem sequer estão registadas, mas estão a viver no nosso concelho. Como resolvemos este problema? Isto está pensado? É apenas um alerta. Essas pessoas são famílias completas, com crianças. Deixo este alerta. -----

Agradeço a atenção” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Não é fácil, por vezes, fazermos estas normas, tendo de ser bem ponderado, idealizado e ter orçamento para isso. -----

Aprovamos o orçamento para 2020 em 2019, não tínhamos a pandemia e não havia qualquer valor para este tipo de atividade, nem sequer tínhamos rubrica aberta para apoios imprescindíveis para o efeito. Quando idealizámos o orçamento para 202, aí sim, já sabíamos ao que vínhamos e programamos esta situação. -----

A título de informação, conheço mais três ou quatro municípios que estão a ter este tipo de iniciativas. Aqui, bem perto nós, Pombal também vai levar à Assembleia Municipal um pacote de medidas exatamente igual ou parecido a este que estamos agora aqui a apoiar; Batalha

exatamente a mesma situação, estando a trabalhar neste sentido; Leiria também aprovou recentemente, em sede da Assembleia Municipal, medidas de apoio. -----

Não me parece que a nossa situação, em termos temporais, esteja desfasada com aquilo que está a acontecer em todo o país porque, infelizmente, estamos a falar de entidades privadas, há regras que têm de ser cumpridas a que estamos sujeitos e às quais não podemos nem queremos fugir, por isso, entendemos ser esta a altura, a mais importante e a mais correta para lançar este tipo de medidas.” -----

= **ORLANDO SÉRGIO PLAMEIRO CALADO CAVACO**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Urqueira, expôs o seguinte: “Estamos aqui a falar em medidas tardias e desfasamentos temporais. -----

Gostaria de lamentar uma situação que todos nós, autarcas, passamos há pouco tempo, o próprio governo prometeu, em abril do ano passado, computadores para todos os alunos, todos, e, há duas ou três semanas, nós, autarcas, fomos confrontados com pais que não tinham PCs, pais que não tinham material informático. Estamos a falar de um processo de abril do ano passado. Isto, é o que eu considero tardio. Isto sim.” -----

= **HELENA SANTOS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Apenas gostaria de comentar a intervenção anterior -----

Existem muitas pessoas que residem no nosso concelho, que estão legais, mas que ainda não têm título de residência. -----

Não sei se tem conhecimento, mas as pessoas que estão aqui a trabalho, dão entrada de um pedido de manifestação de interesse no SEF mas, neste momento, as vagas no SEF não existem, estando muitas pessoas à espera de uma vaga que não têm. As pessoas consideram-se legais só com um simples título de manifestação de interesse feito no Portal. -----

Há que ter em conta esta situação porque há, no concelho, muitas pessoas com estes pedidos pendentes que estão legais, mas que não têm título efetivo. -----

Relativamente às questões das empresas, perguntava se as empresas previstas para estes tipos de apoio que o senhor Presidente tem aqui em mão, é relativamente às empresas que estão aqui com este CAE ou estão previstas empresas que sofrem com os efeitos da pandemia, nomeadamente, todo o comércio local e, estamos a falar de lojas que vendem todo o tipo de produtos, e também cabeleireiros e estéticas que têm os estabelecimentos encerrados devido à pandemia. -----

Obrigada” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Bom dia a todos mais uma vez -----
Tenho aqui algumas perguntas no âmbito deste novo plano, ou do primeiro plano apresentado agora pelo executivo municipal. -----

Se há uma coisa que não gosto muito, é focarmo-nos nos casos negativos. Acho que o que faz sentido é procurarmos os casos positivos. -----

O senhor Presidente de Câmara focou três ou quatro câmaras que agora estavam a lançar os planos. Vou dar o exemplo de Matozinhos que tem um fundo municipal aprovado desde maio do ano passado. estes casos é que eu gosto, estes casos que correm bem, e não é focar nos casos negativos. Estivemos mal, mas também há quem esteja mal. Acho que o caminho é pelos casos positivos e não pelos negativos, na minha humilde e modesta opinião. -----

Não vai haver da parte do Partido Socialista qualquer voto contra estas medidas. Nós, no máximo, pudemos considerar que precisavam de correções ou que são insuficientes. -----

Gostaria de colocar algumas pequenas perguntas técnicas sobre a questão do apoio sobre as 10001. -----

Gostaria de perguntar ao senhor Presidente de Câmara se faz ideia da percentagem de turistas portugueses nas dormidas em Fátima. -----

Sabe também qual é a percentagem das reservas individuais das dormidas em Fátima. -----

Acha que o voucher de dez euros, que estes turistas que durmam duas noites em Fátima tiverem direito, vai ser usado de maneira equitativa em todos os restaurantes do nosso concelho, ou seja, em todas as zonas do nosso concelho. -----

Eram estas as três perguntas que gostava de lhe fazer” -----

= **AVELINO DA CONCEIÇÃO SUBTIL**, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Sr. Presidente, -----

Começo por exprimir a minha congratulação e de todo o Grupo do PS pela apresentação desta proposta de apoio ao tecido empresarial do concelho nas áreas de atividade mais afetadas pela pandemia, no âmbito do denominado “Pacote de apoio às empresas do concelho de Ourém”. -----

Sr. Presidente, este Pacote representa o reconhecimento da justeza e acerto das posições assumidas pelos vereadores do Partido Socialista que há vários meses vinham defendendo um adequado apoio às famílias e empresas do concelho de forma a atenuar as dificuldades provocadas pelo COVID-19. -----

Relativamente à proposta “A - NORMATIVO PARA APOIOS DIRETOS ÀS EMPRESAS DO CONCELHO DE OURÉM NO ÂMBITO DO COMBATE AO IMPACTO DA PANDEMIA COVID-19, gostaria de obter o esclarecimento por parte de V. Exa sobre o enquadramento dos empresários em nome individual. -----

No ponto 2 do I - Objeto e âmbito da proposta, está expresso que “*Este normativo abrange - todas as empresas e empresários em nome individual*” com os CAE discriminados. -----

Por sua vez, no n.º III., da alínea c) do n.º 1 do III - Pedidos de apoio, exige-se como *um dos documentos que deverão acompanhar os pedidos “Declaração do contabilista Certificado (CC) ou Revisor Oficial de Contas (ROC) para efeitos de demonstração e comprovação dos critérios de elegibilidade nos termos da alínea e) e f) do II – Condições de elegibilidade”*. -----

Como o sr. Presidente bem sabe, um grande número de Empresários em Nome Individual não é obrigado a apresentar contas elaboradas por CC e muito menos certificadas por ROC. -----

Os setores da restauração e do comércio a retalho, nomeadamente de artigos religiosos, dos mais afetados pela pandemia, registam um elevado número de ENI. -----

Assim, agradeço que esclareça se a exigência desta declaração visa excluir deste apoio os ENI sem contabilidade organizada de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística” -----

= **MARTIM JOSÉ ROSADO BORGES DE FREITAS**, na qualidade de representante do grupo municipal CDS-PP, expôs o seguinte: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ourém -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém -----

Exmos. Senhores Vereadores, -----

Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal, -----

Exmos. Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia e demais autarcas, -----

Exmas. Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas -----

Exmos. Representantes das Associações Cívicas, Desportivas, Recreativas, Culturais e Empresariais, -----

Exmos. Senhores Funcionários, -----

Exmos. Convidados, -----

Exmos. Senhores representantes dos órgãos de comunicação social, -----

Minhas Senhoras, -----

Meus Senhores, -----

Em nome do CDS-PP, gostaria de me congratular com o novo pacote de medidas de apoio às Famílias em situação de vulnerabilidade e de apoio às Empresas, existentes e a criar, recentemente lançado pelo Executivo Municipal no âmbito da pandemia que estamos ainda a viver em Portugal e no Mundo. -----

Os apoios ao impacto da pandemia constituem uma matéria que deveria ser consensual entre todos nós. Se a questão social foi sempre um assunto que nos preocupou desde o início, a verdade é que sempre acreditámos que este flagelo sanitário haveria de passar rapidamente e que, face ao primeiro confinamento de há um ano, Portugal haveria de recuperar rapidamente. Se não tivesse sido essa a percepção de todos, o próprio Governo do país não teria falhado rotundamente no planeamento - que não fez - sobre a evolução da pandemia nem sobre o combate que haveria de ter sido feito ao seu impacto junto das pessoas, famílias e empresas. Vir, agora, o PS dizer que as medidas que o Executivo Municipal adoptou e aqui nos vem propor chegam com um ano de atraso só pode ter um efeito *boomerang*: de facto, é fácil acertar no totoloto à segunda-feira! -----

Portanto, ao contrário do que acontece com o PS, que afirmou publicamente que este segundo pacote de medidas de apoio, repito, segundo pacote de medidas de apoio, chega tarde, para nós, para o CDS-PP, nunca é tarde para se apoiar as pessoas, as famílias, as empresas. Sublinho: não sendo assistencialistas e considerando que os problemas das pessoas, das famílias e das empresas não devem ser resolvidos através de subsídios ou despejando-lhes dinheiro para cima, para o CDS-PP nunca é tarde para as apoiar. -----

Mas ainda no que se refere aos apoios a famílias e empresas, disse o PS que – e passo a citar – ‘...continuamos a achar estas medidas pobres, envergonhadas e reveladoras da enorme dificuldade que o executivo tem manifestado em abrir os cordões à bolsa ...’ -----

Senhor Presidente -----

Minhas senhoras, meus senhores, -----

Como pode o PS vir aqui falar da enorme dificuldade que o Executivo Municipal tem manifestado em abrir os cordões à bolsa quando sabe, por experiência vivida, de que foi promotor, de que de nada serve abrir os cordões à bolsa se lá dentro, na bolsa, não houver dinheiro? É que o PS, como, aliás, tive oportunidade de referir na minha anterior intervenção sobre a sustentabilidade financeira do Município, não pode vir aqui querer ‘sol na eira e chuva

no nabal'. A menos, claro, que queira voltar ao 'antigo normal', aceitando, sem mais, que a dívida é, por definição, para não se pagar...! -----

Senhor Presidente, -----

Minhas senhoras, meus senhores -----

Ainda no que diz respeito às empresas, em Junho do ano passado, o CDS foi mais longe e sugeriu, para um quadro pós-pandemia – tão longe estávamos do confinamento que estamos hoje a viver – que devêssemos ponderar sobre o destino a dar aos apoios que virão da União Europeia para Portugal. Estes apoios, que não virão somente para Portugal, são apoios que vão também ser atribuídos a todos os Estados-membros, cujas empresas e consumidores também vão ser compradores e clientes de empresas portuguesas, podendo, nomeadamente, vir a sê-lo de empresas sediadas ou a sediar em Ourém. Independentemente, pois, destes apoios concretos que estamos hoje a aprovar aqui, o CDS insiste que é importante levar em linha de conta estes outros fluxos que, se forem devidamente monitorizados e acompanhados, poderão vir a beneficiar o tecido económico e empresarial ourense. Ou seja, pode e deve o Executivo gizar neste contexto também um outro tipo de apoios, até não financeiros, para que o dinheiro com origem na União Europeia faça com que empresas de outros Estados-membros possam vir comprar a Portugal e nomeadamente a Ourém. -----

Por fim, também em Junho de 2020, com as informações que íamos recebendo de boa parte dos operadores turísticos do concelho, pediu o CDS ao Executivo Municipal que apoiasse mais quem opera na área do turismo em Ourém. -----

Nesse sentido, o Programa de Dinamização do Turismo no Município através da Campanha das '10.001 noites', constituindo uma iniciativa que corresponde àquele nosso apelo e sendo uma iniciativa que visa o relançamento da economia local e do seu tecido empresarial, merece, pois, o nosso total acolhimento. Mas merecê-lo-á totalmente se, à vantagem de não ser criada dívida, se lhe juntar a de serem alcançados todos os seus efeitos associados: os pensados e os desejados, pelos autores, pelos operadores e pelos consumidores. Em suma, por todos os potenciais beneficiários do Programa e da Campanha. -----

Disse.” -----

= **NUNO MANUEL PINTO DIAS**, em nome do grupo municipal Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia, e na sua pessoa cumprimento os membros da mesa, -----

Na pessoa do Sr. Presidente da Câmara cumprimento todo executivo municipal, -----
Um cumprimento ainda para todos os meus colegas e presidentes de junta, a Comunicação Social e o Público que nos acompanha online, e a todos faço votos de saúde e segurança. -----
Uma nota prévia à minha declaração política, em nome da bancada do PSD, gostaria de recordar, no seguimento da intervenção da senhora deputada Paula Martins, que volta a insistir na falácia do baixo investimento/gasto do Município quando, penso que já terá sido esclarecido, pelo senhor Presidente de Câmara, em sessão anterior, que ir ao portal base.gov e puser a palavra COVID não é suficiente, até pelo investimento efetuado via CIMT. -----
No seguimento das intervenções anteriores, gostaria de frisar que são novamente as autarquias chamadas a acudir às dificuldades dos seus cidadãos, substituindo-se aquilo que seriam obrigações do próprio Estado. -----
Há pouco, o meu colega Orlando falou dos computadores mas, pelo que se sabe, não é uma questão de orçamento, até porque havia apoio europeu para o facto, portanto, ainda haverá muito que esclarecer e terão, certamente, oportunidade de voltar a falar destes pormenores. ----
Declaração: Na ordem de trabalhos desta Assembleia é apresentado mais um novo pacote de medidas do foro municipal para mitigar o impacto da pandemia nas famílias e nos agentes económicos do nosso concelho. -----
Antes de tudo, a bancada do PSD considera importante tecer as seguintes algumas considerações, que servem como ponto de princípio: -----
1.º O Município de Ourém tem sido incisivo e atempado na tomada de decisões no sentido de minorar os efeitos diretos e indiretos da pandemia; -----
2.º As consequências do COVID-19 não afetam todos por igual, atingindo pessoas e setores económicos de forma mais decisiva do que outros e os impactos por eles sentidos não ocorrem ao mesmo tempo, havendo a consciência de ter que haver, obrigatoriamente, critérios de proporcionalidade para as medidas tomadas e os seus momentos de implementação; -----
3.º As famílias e os agentes económicos assolados por estes efeitos não precisam só da coragem e da determinação na tomada de decisões para medidas de apoio, esperando igualmente que estes processos sejam desburocratizados, intuitivos, acessíveis e céleres, de modo a que esses apoios sejam reais e efetivos, de modo a suprirem as necessidades de hoje; O executivo municipal tem norteado a sua ação política com estas premissas, destacando-se, numa primeira fase (e agora renovados), com as medidas muito importantes no apoio às IPSS's, com impactos diretos no rendimento das famílias no que diz respeito ao pagamento

das AAAF's, CAF's e Creche, em que o Município comparticipou uma grande parte do valor das mensalidades no tempo em que as instituições estiveram fechadas, segurando os postos de trabalho e ao mesmo tempo aliviando os encargos das famílias durante o tempo em que o serviço não era prestado. -----

Outro extraordinário exemplo, em virtude deste segundo confinamento, traduz-se na definição e concretização de mais respostas perante situações de emergência e de comprovada vulnerabilidade das nossas famílias, passando a contemplar apoios no que concerne: -----

- Pagamentos de despesas no âmbito da saúde (a medicamentos e exames após receita médica); -----
- Liquidação de mensalidade no consumo de água, gás e eletricidade; -----
- Resposta na atribuição de bens alimentares e a bens de primeira necessidade; -----
- Apoio ao cumprimento de rendas de casa; -----
- Outras consideradas essenciais. -----

Além disso, o executivo em funções também materializa um apoio direto às empresas sediadas do concelho, que de acordo com o seu escalão de faturação definido, receberão um apoio diretamente proporcional à quebra de faturação ocorrida durante o ano de 2020. -----

Não obstante disto, os problemas não se esgotam no presente, e as recentes propostas de programas de apoio à retoma para os sectores relacionados com o canal horeca (com fortíssima implantação no nosso concelho), demonstram a visão e a lucidez do nosso executivo municipal. -----

Os incentivos à instalação de novos estabelecimentos comerciais, com a comparticipação no valor das rendas ou o já anunciado, (e desculpem-me a expressão), SUPER programa das 10001 noites com 10001 e vouchers para a restauração é bem demonstrativo de que há uma estratégia no que tange ao apoio municipal para o erguer deste setor económico. -----

Minhas senhoras e meus senhores, -----

Por último, voltando a corroborar esta importância sobre a execução dos apoios enunciados, é preciso transmitir a mensagem que as candidaturas já podem ser formalizadas através do site do Município, de forma fácil e rápida, prevendo-se que no próximo mês de março já se possam atribuir aqueles que foram os primeiros apoios enviados. Quanto aos programas de retoma, serão abertas as inscrições em março para se iniciar a campanha a 1 de abril. Resumindo: os apoios vão chegar **IMEDIATAMENTE!** -----

Ex.mo Senhor Presidente, -----
Todos sabemos o que se passa na região, no país e mundo. Todos acompanhamos o que os outros Municípios fazem e o impacto que isso tem na vida das pessoas. -----
É justamente por isso que a bancada do PSD presta o devido e inteiro reconhecimento a V.^a Ex.^a e à sua equipa, porque o arrojo, profundidade e a força do pacote de medidas tomadas no nosso concelho já são apontados com um exemplo e uma referência regional e nacional, sendo divulgado e multiplicado em diversas plataformas e fóruns de grande renome nacional. -----
Tudo por nós e pelos Oureenses. -----
Um bem-haja.” -----
= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Senhor Presidente, -----
Gostava de fazer uma intervenção para que fique aqui clara a posição do PS, porque a posição do PS não é a vontade que os senhores deputados do PSD quiserem ou o senhor deputado do CDS. -----
Nós tivemos a iniciativa de apresentar em sede de reunião de Câmara, em julho, por via da voz dos nossos vereadores, propostas nesta matéria. -----
Voltámos a apresentar uma proposta em concreto, em finais de setembro, sobre esta matéria. -
Voltou-se a discutir esta matéria, em reunião de Câmara, em novembro. O senhor Presidente da Câmara disse que estavam a ser tomadas medidas. -----
Aqui, na Assembleia Municipal, o senhor Presidente de Câmara disse, na sessão de ordinária de dezembro, que se estava a preparar um pacote e que a seu tempo diria. -----
Na Assembleia extraordinária de janeiro disse, dentro de dias vamos apresentar este pacote. Apresentou este pacote agora. -----
Os senhores deputados do PSD até podem dizer os números que quiserem mas, perdemos seis meses porque esse pacote que nasceu entre novembro e janeiro poderia ter nascido entre julho e setembro. Agora, não vale a pena estar aqui a dizer que o pacote é mau porque ele é bom ou porque é bom porque é mau. Não. O pacote tem virtualidades que nós reconhecemos, já foi aqui dito pelos senhores deputados municipais do PS, tem fragilidades que nós apontamos, tem dúvidas que se levantam e temos a esperança de que corra bem.
Queria aqui sublinhar que o senhor Presidente da Câmara já disse hoje aqui uma coisa que não é verdade. Eu não o interromper, mas agora aproveito para dizer. O Senhor Presidente da Câmara disse que o grande aumento da água se devia à negociação em 2014 por parte da



Câmara do PS com a Veolia, mas não tem nada a ver com isso. A Veolia veio exigir 90% de aumento da água porque havia uma cláusula no contrato em 1996 que dizia que, quando havia a variação de caudais em 10%, havia que pagar indemnização à BeWater, e a Câmara nunca o tinha feito. Isso foi para Tribunal Arbitral, não foi o executivo do PS que decidiu nada, foi o Tribunal Arbitral e os senhores vereadores do PSD, na reunião de Câmara, não fizeram nenhuma declaração política sobre isso. Foi uma decisão do Tribunal Arbitral a que a Câmara Municipal do PS se opôs. Foi, por isso, que a água, hoje, tem esse preço, foi porque o contrato em 1996 foi mal feito. Está documentado, está na Câmara Municipal a ação, portanto, gostaria que isso fosse aqui repostos. E, não vale a pena entrar aqui em conflitos sobre coisas factuais. – O senhor Presidente de Câmara levou á reunião, e bem, um pacote e estamos preparados para votar a favor, com uma declaração de voto. -----

Estamos de acordo, nós faríamos outra coisa e iríamos um pouco mais além, mas, dentro daquilo que tínhamos proposto, sentimo-nos enquadrados, genericamente, por aquilo que o senhor Presidente levou à reunião de Câmara e que traz aqui a esta Assembleia Municipal.” ----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor MARTIM JOSÉ ROSADO BORGES DE FREITAS, na qualidade de representante do grupo municipal CDS-PP, expôs o seguinte: “Pelos vistos fui pouco claro, há pouco, na minha intervenção. Quando disse que nunca é tarde para apoiar as pessoas, as famílias e empresas estava a referir-me a abordagens diferentes relativamente àquilo que o senhor deputado do PS acaba de dizer. Uma coisa é quando estamos em cenário de pandemia e a tentar acorrer à situação, que é o que acontece hoje. Outra diferente é o cenário de pós-pandemia. Ora, as propostas apresentadas pelo Partido Socialista há seis meses, foram-no para um cenário de pós-pandemia, já que, naquela altura, até de acordo com as informações do governo, estávamos já nesse cenário de pós-pandemia. O conjunto de medidas que agora estamos a aprovar é de natureza diferente e destina-se a famílias em situação de vulnerabilidade em cenário de plena pandemia, que é o actual. Portanto, dizer-se que já vêm tarde, não faz sentido nenhum! De resto, e infelizmente, ainda vamos ter de discutir, futuramente, o cenário de pós-pandemia, aí sim, com novas medidas que, certamente, vão ser necessárias e onde as medidas propostas pelo PS podem eventualmente ser tidas em consideração. -----

Por isso, quando o CDS diz que nunca é tarde para apoiar as famílias, as pessoas e as empresas di-lo porque a realidade com que estamos a trabalhar é a actual, de plena pandemia, e não a futura, de pós-pandemia. Muito obrigado” -----



----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “A senhora deputada Helena Pereira fala-nos aqui dos imigrantes. Aproveito para dizer que existem outras entidades que têm obrigação também de fazerem face a esta situação, não só no nosso concelho, como também no distrito e no país. Nós temos, muitas vezes, substituindo-nos a essas entidades e iremos continuar a fazê-lo. Independentemente das pessoas terem título de residência, todas as que necessitem de apoio, serão apoiadas. E, dou um exemplo. Há cerca de um ano, tivemos uma situação gravíssima no nosso concelho, com cerca de cento e vinte pessoas completamente abandonadas num pavilhão. Outras entidades deveriam, porque era sua obrigação, fazer face ao problema que estava identificado, mas teve de ser o Município a levar comida e levá-las para o sítio que deveriam ter ido, resolvendo assim a situação. E, não andamos na praça pública a dizer ou a tirar fotografias porque estas situações precisam de recato. Uma outra situação. Temos apartamentos de emergência no nosso Município, hoje estão ocupados por duas situações que a Segurança Social pediu, porque era sua responsabilidade, para ocupar porque não tinham onde pôr as pessoas e colocaram-nas naqueles apartamentos. Isto para dizer que as pessoas, no nosso concelho, desde que tenhamos conhecimento, ninguém fica para trás, seja português ou estrangeiro. -----

O CAE. Penso que já está alterado. Efetivamente, havia essa falha e, hoje, aparece uma alínea que diz “outros CAE” e todos podem ser enquadrados. Que ninguém fique fora disso. É uma questão que está a ser resolvida. Era uma falha do regulamento e, todas as pessoas, podem, se assim o entenderem e reunirem as condições, apresentar a sua candidatura. -----

Ao senhor deputado Nuno Baptista. Colocou aqui a questão sobre a percentagem de turistas nacionais que, habitualmente, ficam em Fátima. de acordo com os dados do INE, em 2019, foram cerca de 30% os turistas nacionais que dormiram em Fátima, significando que 70% foram turistas estrangeiros. Como sabemos, o ano de 2020, por força das restrições do tráfego aéreo, os estrangeiros não puderam vir como habitualmente vinham, nesse sentido, a indicação que tenho é que, em 2020, os turistas nacionais representaram 63% das dormidas que houve em Fátima, o que representa um acréscimo significativo comparativamente a 2019. Também por isso, esperamos que, este ano, possa ter mais um acréscimo por força deste incentivo que nós estamos a trazer. -----

Em relação ao voucher de restaurante. Este vai ser destinado aos restaurantes que aderirem à campanha e se inscreverem na plataforma, tendo apenas uma obrigação, que possam estar disponíveis para que, no futuro, possam participar em campanhas gastronómicas que iremos

realizar, ainda este ano, se possível. Qualquer restaurante do nosso concelho pode aderir a esta campanha e as pessoas podem trocar o seu voucher nestes restaurantes aderentes. -----

Ao deputado Avelino Subtil. Fala de situações de obrigatoriedade dos contabilistas puderem ou não validar as despesas. As empresas com a contabilidade não organizada, não obriga a que o contabilista certifique, mas apenas que se responsabilize pelos dados que são enviados. Não é obrigatório pela lei ter um contabilista certificado, queremos apenas a responsabilização de alguém para que os documentos tenham a validade que devem ter. -----

Ao deputado Martim, agradeço as considerações, assim como ao deputado Nuno Dias. -----

Estes apoios na primeira fase e na segunda fase de confinamento. Tínhamos investido cerca de setecentos mil euros na primeira fase, agora é cerca de um milhão e duzentos mil euros com todos estes apoios, perfazendo um total de cerca de dois milhões de euros de apoios diretos no nosso concelho. -----

Relativamente à questão da água. Gostaria de dizer que quem trouxe a questão foi uma deputada do Partido Socialista. O esclarecimento que o senhor deputado deu agora, poderia ter dado à senhora deputada. O contrato é de 1996, tendo determinados pressupostos e, não disse nenhuma inverdade, em 2014 o Partido Socialista entendeu, de acordo com o Tribunal Arbitral, aumentar a água em 56%. Não disse nenhuma inverdade porque disse que foi no tempo do Partido Socialista.” -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhora PAULA CRISTINA DE OLIVEIRA MARTINS, expôs o seguinte: “Faço questão de voltar a falar nesta última abordagem sobre a água. Já é a segunda vez que o senhor Presidente induz que a deputada Paula Martins não está informada. Não me parece muito correto da parte do senhor Presidente. Obviamente tinha conhecimento da situação, mas continuo a perguntar, aquilo que estamos a passar com a BeWate, porque razão não há uma tentativa de arranjar outras condições para a população. Deixo em aberto. -----

Relativamente às medidas COVID, gostaria de dizer o seguinte. Como já foi dito pelos deputados do PS, estamos de acordo com este pacote de medidas que são muito bem vindas. Relativamente aos assuntos pontuais que o senhor Presidente apresenta irei informar-me sobre uma das situações que apresentou e que não irei abordá-la aqui. -----

Relativamente aos apoios aos emigrantes, agradeço a intervenção da deputada Helena que veio ao encontro daquilo que eu queria dizer. Sem dúvida que há uma preocupação com a população emigrante, com estas famílias. O que deixei foi um alerta, parece não foi bem aceite,

mas deixo um alerta para estas famílias que estão no nosso concelho e merecem ser apoiadas. O senhor Presidente disse que estas situações estão previstas, ainda bem que sim. - Relativamente ao apartamento que tem pessoas emigrantes, espero que, de futuro, o senhor Presidente tenha uma posição diferente relativamente a isto porque as entidades públicas têm todo o interesse de resolver as situações da população, quer seja ela emigrante ou não, estando a passar por situações difíceis. O apartamento, ainda bem que tem e pode responder. A Câmara recebeu alguns emigrantes, estrangeiros num programa específico CPR, com apoios específicos para apoiar as famílias por um período em que recebiam um montante significativo para apoiar e garantir que estas pessoas se tornassem autónomas. Como sabe, quando essas situações não acontecem retoma para o CPR que, por sua vez, quando o programa termina encaminha estas situações para esta entidade que volta a reencaminhar as situações para uma entidade pública que é a Segurança Social que tem responsabilidade em matéria de apoio a refugiados e pessoas que pedem proteção de asilo. Esse trabalho é feito e ninguém fica sem ser apoiado. Nem todos os emigrantes, nem todos os estrangeiros estão dentro deste programa. O que compete as estas entidades, como a Segurança Social, o papel dessas obrigações está feito porque isso é formalizado pelo CPR para estas entidades e quem está no terreno irá fazer o trabalho em articulação com os municípios, solicitando apoios de habitação ou outros que, no imediato, não se conseguem. Não é um passar de responsabilidade para ninguém. O dinheiro é público, é de todos, a intervenção é de todos. Não temos de apontar o dedo a A ou a B, temos de trabalhar em conjunto e responder pelo bem de todos os ourienses e por todos os estrangeiros que escolheram este concelho para viverem.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, expôs o seguinte: “Senhora deputada Paula Martins, agora não é o senhor Presidente de Câmara que lhe dirige a palavra é o Presidente da mesa da Assembleia. -----

A mesa da Assembleia e a condução destes trabalhos têm regras e tem um Regimento. E, já não é a primeira vez que a senhora deputada municipal tenta quebrar essas regras ao seu belo prazer, como benefício. Gostamos muito de a ouvir, tem toda a pertinência as observações que faz, os comentários e até algum conhecimento que possa adicionar até à própria Assembleia e a quem nos ouve, agora não se deve inibir de cumprir as regras como os outros cumprem, inscrever-se no momento certo. O senhor Presidente da Câmara depois responde. Excecionalmente há situações que depois volta a tomar da palavra e a senhora deputada até invocou e sugerido pelo senhor líder de bancada a defesa da honra, mas aquilo que fez não foi



isso, não defendeu a honra, esteve novamente a falar de um assunto e que, se houvesse oportunidade, todos voltariam a falar sobre o assunto. Isto não são regras. -----

Como responsável pela direção dos trabalhos deixo-lhe aqui um apelo para que, da próxima vez, tenha em mais atenção os pontos da ordem de trabalhos, quando deve intervir e o momento que o deve fazer, respeitosamente.” -----

----- NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS. -----

----- De seguida, o membro da Assembleia Municipal, senhor NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, apresentou a seguinte declaração de voto: “Os deputados municipais do Partido Socialista, em consonância com os nossos vereadores, sempre foram favoráveis a um aumento muito significativo dos apoios municipais, a famílias e empresa no âmbito da Pandemia Covid19. -----

Criticámos violentamente o facto de o concelho de Ourense aparecer tristemente nos 20 municípios que menos gastaram com apoios à COVID 19, baseados num relatório do Tribunal de Contas (isto não são suposições, são factos) -----

Não foi ninguém do Partido Socialista do concelho de Ourense que proferiu, em plena Assembleia Municipal, a afirmação do género - Sou contra apoios ao consumo-, como se estivéssemos a falar de uma época normal das nossas vidas, foi o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Ourense. -----

No Verão de 2020, os vereadores do Partido Socialista, lançaram o desafio para a criação de um fundo de emergência municipal. O Sr. Presidente de Câmara só viu problemas nesta proposta, nomeadamente que “não tínhamos a noção do que demorava para aprovar um regulamento. O que muito possivelmente desconhecia é que havia enquadramento legal desde do dia 10 de Abril (!!!!) - lei 6/2020 e artigo 4º com destaque para o ponto 2 - onde diz que os apoios podiam ser concedidos independentemente de haver regulamento ou não! – Podemos por isso dizer que” a sua impreparação para o cargo e desconhecimento dos instrumentos para combate às dificuldades da população afetados pela pandemia, prejudicou muitos municípios e principalmente os que mais precisavam -----



Devido a isso, executivo municipal apesar de reconhecer uma “*quebra bastante expressiva da atividade das empresas a partir do 2º trimestre de 2020*”, só 6 meses depois apresenta o reforço das medidas de combate à pandemia! É tarde! Quem perdeu foram os munícipes e as suas empresas, algumas em estado de agonia económica!!! -----

Obviamente que saudamos o facto de Executivo ter apresentado este reforço, que os vereadores do PS propuseram no verão passado e que o executivo deixou na gaveta até agora. -----

Algumas das medidas são positivas, nomeadamente a campanha das “*10.001 noites*”; que pode relançamento da economia local e que, acreditamos, se for bem divulgada, poderá ter um impacto positivo significativo no tecido empresarial do nosso concelho. No entanto esta medida tem pontos fracos, talvez por não ter tido em conta a opinião dos vários operadores do sector, senão vejamos: -----

- Incide somente em turistas nacionais, que são aproximadamente responsáveis por 30% das dormidas do concelho. -----

- Só abrange reservas individuais, que não são também as predominantes. -----

- Segundo os vários empresários do setor ouvidos pelo Partido socialista, o ano de 2021 e princípio de 2021, relativamente a férias e fins de semana dos portugueses, à semelhança do que aconteceu em 2020, vão ser focalizadas na vertente praia e turismo rural, em nenhuma delas se engloba Fátima. -----

A oferta de um vale de € 10 para gastar a restauração por parte desses turistas, irá criar uma enorme desigualdade territorial no nosso concelho, porque obviamente a esmagadora maioria desses vouchers vão ser gastos em Fátima. -----

Porque não oferecer um voucher de € 10, a cada cidadão, maior de idade, residente no nosso concelho, para gastar nessa atividade, o que levaria a que todo o concelho fosse englobado da mesma forma? -----

No que se refere às famílias, temos mais do mesmo: 75.000 euros parece-nos manifestamente pouco para fazer face às “*despesas regulares, essenciais para a manutenção de condições de vida dignas*” como se refere no documento. -----

O Executivo prevê em orçamento gastar 750 mil euros, apenas 1,4% do total do orçamento 2021. O desafio lançado pelo PS, foi a aprovação um montante até 5% do orçamento, o que ultrapassaria a verba dos 2 milhões de euros. E que seriam inscritos em

orçamento e não ficar à mercê da subjetividade de caso os 750 mil euros não fossem suficientes e assim numa gestão unipessoal através de modificações orçamentais, **justificando que o município possa e deva ir mais longe no apoio as famílias e empresários do concelho**, sob pena de Ourém continuar entre os municípios que, a nível nacional, menos ajudas disponibilizou às populações segundo dados do Tribunal de Contas.” -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

----- Assembleia Municipal de Ourém, 27 de fevereiro 2021. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal,

